

As mulheres



» JOSÉ SARNEY
Ex-presidente da República, escritor e imortal da Academia Brasileira de Letras

Este país se fez também com o sacrifício, a coragem e a grandeza de suas mulheres. Destemidas no povoamento do grande interior, ergueram troncos familiares que se transformaram nos rijos esteios da nacionalidade. Forjadoras da dura ética dos sertões, atravessaram as horas coloniais com altiva presença nos movimentos de rebeldia patriótica.

Poucos povos têm tantas heroínas a homenagear na crônica de seu passado como o povo brasileiro. Houve as que empunharam armas, Anita Garibaldi e Maria Quitéria, e as que souberam influir com seus conselhos políticos na construção do Estado, e esse é o caso de Leopoldina.

As heroínas mais corajosas, no entanto, são aquelas que os documentos históricos normalmente esquecem. As mulheres do povo, sertanejas arrojadas, escravos nos eitos, donas de casa.

Elas continuam, hoje, a edificar a nação. A construir, com afeto e dignidade, as famílias que conduzirão este país a seu futuro.

Vejo-as, lado a lado com os homens, conquistando, com destemor, seu espaço em uma sociedade em mudança.

Se todos os tempos são difíceis, os nossos trouxeram desafios novos ao homem. Vivemos sob o temor do conflito nuclear e imersos em uma situação de inaceitável injustiça. Essa injustiça se manifesta nas relações internacionais e no convívio entre as classes da sociedade.

Na luta pela justiça entre os homens, as mulheres têm ocupado papel de vanguarda.

Elas reivindicam presença maior nos centros de decisão política, e é bom que o façam. Estou certo de que os parlamentos estarão mais abertos à postulação da fraternidade se contarem com mais mulheres.

São fortes em nossa história a firmeza e determinação das mulheres. Donas de casa, trabalhadoras, militantes políticas estiveram com o meu governo na Presidência da República na primeira luta contra a especulação. Nesse cenário, as mulheres desempenharam um papel central e decisivo na articulação e execução do movimento.

No primeiro grande esforço nacional para controlar a hiperinflação, remanescente dos governos militares, as mulheres realmente deram uma bonita demonstração de cidadania. Naquela época, a divisão tradicional de papéis de gênero ainda colocava sobre as mulheres a responsabilidade primária pelas compras da casa e pelo orçamento doméstico. Assim, foram as mulheres os primeiros cidadãos a notar o desrespeito ao congelamento nos supermercados, feiras e açougues.

Então, elas saíram às ruas para ajudar o governo na restauração do senso comum. Entenderam, imediatamente, que a moeda não podia ser uma ficção, mas devia manter a intrínseca dignidade, desde que nela estão, em essência, parcelas do trabalho humano.

Surgiu assim o movimento dos fiscais do Sarney. Foi o primeiro movimento de participação política de um povo que acabara de sair da ditadura militar (1964-1985). Dessa forma, como cidadãos livres, ser "fiscal do Sarney" representava a primeira experiência de engajamento público após os anos de repressão. E nessa luta as mulheres tiveram seu protagonismo inegável.

Aquela luta não foi ingloria. Ao contrário, foi o início da glória civil do brasileiro verdadeiramente patriota.

Ali, a história mudou de rumo e, na Carta Constitucional, conseguimos garantir mais direitos aos cidadãos. Antes, em 10 de setembro de 1985, instalei o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher.

Elas são a metade do céu. O desconhecimento dessa verdade, além de clamorosa injustiça, constitui também um ato de privar qualquer país de uma poderosa fonte de energia e criação: as mulheres.

Sempre considere fundamental a participação plena da mulher na sociedade brasileira, não só em sua liderança familiar, mas também em todos os campos profissionais, inclusive na política. A igualdade plena entre mulheres e homens passa também por um esforço continuado de superação das profundas desigualdades sociais que infelizmente ainda acompanham a vida da mulher brasileira.

Hoje, fico muito satisfeito com o trabalho que se desenvolveu desde então. Há muito o que fazer ainda. Na verdade, as sociedades só vivem se estiverem em constante movimento, em busca da justiça, da fraternidade, da igualdade sob o direito.

Este país continuará crescendo, consolidando-se em sua grandeza, porque nele há mulheres que lutam, este lado generoso da humanidade. E permitam-me dizê-lo: seu lado mais belo.

Agora o Maranhão vai contribuir para que as mulheres tenham uma boa representação no Senado: Roseana, com sua capacidade de articulação, experiência e seu espírito público. Sem dúvida, uma grande liderança.

Fim da escala 6x1: ilusão efêmera



» JOSÉ PASTORE
Professor titular aposentado da Faculdade de Economia da Universidade de São Paulo (USP)

A proposta de emenda constitucional (PEC) que acaba com a escala 6x1, aprovada pela Câmara dos Deputados, foi aprovada pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado Federal. Irá para o plenário só depois das eleições de 4 de outubro. É tempo para refletir.

Se a PEC for aprovada, os brasileiros terão dois dias de descanso remunerados por semana. Apesar de longas discussões e ampla divulgação nos meios de comunicação, muitos empregadores não sabem que os seus empregados terão direito a receber dois dias de descanso. Eu mesmo fui abordado por muitos empregadores que se dizem confortáveis por já praticarem a jornada de 5x2. Ouvi muitos deles explicando: "Ainda bem que essa mudança não me atinge porque na minha clínica, no meu escritório, na minha academia de ginástica etc., nenhum funcionário trabalha 6x1. Todos trabalham 5x2, de segunda a sexta, e folgam no sábado e domingo".

Lamentei informá-los que esses funcionários terão um aumento de 100% na remuneração dos dias de descanso, que passarão de um para dois, na medida em que a escala de 6x1 for substituída pela de 5x2. Essa mudança em si ocasionará um aumento das folhas de pagamento de 9,1%. Para as empresas que trabalham jornadas de 44 horas semanais, com qualquer escala, haverá mais um aumento da folha salarial, também de 9,1%. Os dois somados chegarão a 18,2%.

Muitos se assustam com esses números por estarem acostumados com aumentos negociados coletivamente que, quando ocorrem, ficam em 2% ou 3% acima da inflação. Passar para 18,2% é, sem dúvida, um motivo de grande apreensão.

Para enfrentar essa realidade, as empresas que sobreviverem terão de fazer ajustes que podem ser de quatro tipos:

1. O ajuste mais comum será o repasse do aumento de folha salarial para os preços dos bens e serviços negociados, o que gerará inflação e reduzirá o poder de compra dos trabalhadores — mesmo mantendo o mesmo salário.
2. Outro ajuste bastante comum será a troca gradual de empregados que ganham mais por empregados que ganham menos, o que faz aumentar a rotatividade, agravando ainda mais a incerteza dos trabalhadores e suas famílias.
3. Há ainda a substituição de empregados por máquinas e sistemas digitais, o que gera desemprego.
4. Finalmente, haverá empresas que reduzirão a sua escala de negócios com fechamento de filiais ou suspensão dos planos de expansão, o que compromete o crescimento do PIB. Com PIB menor, haverá menos arrecadação e menos serviços prestados pelo poder público e com forte impacto nas pessoas de baixa renda que dependem do SUS, segurança pública, escolas e outros serviços públicos.

Nos quatro tipos de ajustes, os grandes perdedores serão os trabalhadores, mesmo porque os quatro tipos podem ocorrer simultaneamente. É evidente que esses quatro tipos de ajustes recairão inteiramente em cima dos trabalhadores, tornando ilusória a promessa de trabalhar menos e folgar mais, mesmo porque muitos trabalhadores buscarão compensar a perda de poder de compra fazendo "bicos" sem nenhuma proteção trabalhista ou previdenciária. Lembro aqui da PEC das Domésticas que, no fundo, transformou milhões de empregadas mensalistas em faxineiras diaristas, sem nenhuma proteção social.

A probabilidade disso ocorrer é muito alta. Será o resultado da ação de parlamentares que pensam apenas em sua reeleição. Como o assunto é muito sedutor para o povo em geral — em especial, a ideia de folgar dois dias por semana —, os parlamentares deixam de lado o método mais eficiente de reduzir jornada e mudar escala de trabalho: que é o da negociação coletiva.

Mas essa sedução terá vida curta. Os efeitos perversos da imposição de jornada e escala por força da Carta Magna logo aparecerão. Mas, aí, será tarde demais. O novo quadro não terá volta porque se trata de uma emenda constitucional, que é sempre difícil de mudar.

Os ajustes indicados terão de ser feitos também pelos órgãos do setor público, que contrata muitos serviços de empresas na forma de terceirização, num momento em que os entes públicos não dispõem de orçamento para a necessária adaptação.

Além do impacto econômico, a imposição da escala 5x2 para todas as empresas, ramos, setores e regiões do Brasil causará muitos transtornos de ordem prática porque é difícil remanejar e viabilizar essa escala em situações específicas, especialmente, quando há escassez de mão de obra como no momento.

Em suma, em boa hora os senadores decidiram adiar a decisão no plenário. A PEC 221/2019 exige um estudo profundo do Senado Federal, assim como testes e projetos-piloto (experimentais), para não prejudicar exatamente os que mais sofrem — os trabalhadores de baixa renda e que já trabalham muito.



O voto do pardo



» ALBERTO ALMEIDA
Cientista político

A campanha eleitoral começou, e já se vê propostas para as mulheres, pobres, negros, pessoas com deficiência e toda sorte de grupos considerados ou minoritários ou desfavorecidos. O que não se vê são discursos e propostas para um grande contingente de eleitores que tem uma vida muito difícil, mas que é maioria: aqueles que se identificam como pardos. Não é verdade que classificá-los como negros resolve esse problema, porque para o brasileiro negro é sinônimo de preto. Assim, quando um discurso é feito em uma campanha se referindo aos negros, os pardos não se consideram parte desse grupo.

A Pesquisa Social Brasileira (Pesb), que coordenei em duas edições separadas por 20 anos — 2002 e 2022-23 —, demonstrou com dados reais, respostas de amostras representativas da população brasileira, que nós nos escurecemos, que os pardos e pretos aumentaram em prejuízo dos brancos, e que quem é pardo se considera assim por causa de sua cor de pele e não por conta de seus antepassados. A propósito, houve em 20 anos uma redução da proporção de brasileiros, de 20% para 10%, que dizem serem

seus antepassados o motivo que os faz se considerar da cor e raça que têm. Ou seja, o pilar fundamental do conceito de raça — um continente originário no qual a origem de cada um de nós pode ser ancorada — não é importante para os brasileiros. Adicionalmente, a grande maioria de nossa população considera que seus antepassados vieram do Brasil e de indígenas que aqui estavam antes da chegada dos portugueses.

Foi uma grande vitória de todos aqueles que combatem o racismo e defendem mais proteção e direitos para os negros o escurecimento dos brasileiros. Um caso notório e público foi o do ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Flávio Dino que, quando se candidatou a governador do Maranhão pela primeira vez, registrou em sua ficha no Tribunal Regional Eleitoral que era branco e, na segunda disputa, na qual foi reeleito, escreveu que era pardo. Paralelamente a ele, muitos pardos de 2002 passaram a se considerar pretos 20 anos mais tarde. Esse foi o escurecimento.

Por outro lado, a mesma pesquisa revelou que as visões dos brasileiros sobre quem é branco piorou, sobre os pretos melhorou e acerca dos pardos não mudou. A piora da imagem dos brancos e melhora dos pretos também foi resultado da militância. Ela vem batendo na tecla de que os brancos são racistas e os negros são desfavorecidos pelos brancos e pela sociedade. Isto é, as pesquisas detectaram que o valor simbólico de ser branco diminuiu e de ser preto aumentou, mais uma grande vitória de todos aqueles que combatem o racismo. Os pardos, por sua vez, vale repetir,

ficaram no limbo. Sabendo desse resultado, talvez possa se dizer que ele não surpreende; afinal, não houve nenhum movimento social ou político que defendesse os pardos, não houve e parece continuar não existindo.

Eis aqui, tudo indica, uma oportunidade eleitoral: falar com os pardos e defendê-los. O pardo não se considera nem branco nem preto, não acha que seus antepassados vieram da África e afirma que sua raça é definida em função de sua cor de pele. Ademais, segundo a pesquisa, ele é o menos honesto e o menos inteligente quando comparado tanto com brancos como com pretos. Até agora, no Brasil, os movimentos que defendem os interesses dos negros podem, inadvertidamente, ter deixado de lado os pardos, posto que o termo negro está associado a preto, e a raça é, para nós, definida em função da cor de pele e não da ancestralidade.

Políticos e líderes de movimentos sociais são os melhores marqueteiros de si próprios, são especialistas em comunicação e na detecção de oportunidades de voto e apoio social. Diante disso, em que pese o sucesso recente de algumas iniciativas nas redes sociais, surpreende que não exista no Brasil um movimento pardo ou a favor da partitide e discursos eleitorais e propostas governamentais que sejam direcionadas especificamente aos pardos.

Nota do autor: dados tirados do livro *A cabeça do brasileiro*, que aborda as principais questões tratadas em mais de 20 anos de pesquisas sobre o comportamento do brasileiro.